



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

O tombamento do pipoqueiro

Há 32 anos, José Arimathéia foi convidado por um gerente do Cine Brasília para vender pipoca na porta do cinema. E ele aceitou. O gerente arrumou um lugar para que ele guardasse o carrinho todas as noites. Naqueles tempos, a sala não era muito frequentada, a não ser durante o período do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, quando fica lotada, com gente de Brasília e de todo o Brasil.

E, assim, o tempo passou, a situação melhorou, os fregueses aumentaram e

Arimathéia sustentou a família, educou os filhos e sobreviveu vendendo pipoca e pequenos lanches. E a pipoca feita pelo Arimathéia é muito boa. Sempre que vou ao Cine Brasília, me dirijo à banca para comprar um saco de pipoca e me abastecer.

O Cine Brasília é uma joia da arquitetura e da cultura em Brasília. É um dos últimos cinemas de rua do Brasil. Para muitos, é uma segunda casa. O professor José Carlos Coutinho é um desses frequentadores contumazes. Sempre passa por lá, independentemente da programação, na certeza de que encontrará um amigo, verá um bom filme ou comerá pipoca na banca de Arimathéia.

Mas há três semanas, Arimathéia, ou simplesmente Ari, foi surpreendido com um ultimato: ele recebeu notificação para

desocupar o espaço que ocupa no Cine Brasília até o dia 30 de agosto. Depois de 32 anos, alegaram que ele estava em situação irregular. Arimathéia ficou abalado com a notícia que provocaria uma reviravolta em sua vida e tentou contrargumentar e negociar. No entanto, não foi bem-sucedido. Os representantes da Box Cultural, organização que administra o Cine Brasília, e a Secretaria de Cultura e Economia Criativa avaliaram que a situação é insustentável. Conheci essa história em reportagem da tevê Globo.

Vejamos: alega-se que a banca de pipoca está sem autorização oficial para funcionar, não tem amparo para ocupar a área pública, não tem licença sanitária. A Secretaria de Cultura tem a proposta de garantir a qualidade da pipoca e o cuidado

com a preservação do prédio, que é tombado como Patrimônio Cultural do Distrito Federal.

Os argumentos apresentados pela Secretaria de Cultura para a retirada do pipoqueiro não me parecem razoáveis. As autorizações para funcionar são questões burocráticas que poderiam ser resolvidas no plano formal se houver bom ânimo. É um procedimento de rotina. Quanto à preservação do prédio, parece-me que o pipoqueiro não representa risco a preocupar as autoridades. Muito mais graves são os megalitreiros luminosos espalhados pela cidade, que ferem a lei de preservação e colocam em risco a vida dos motoristas, sem que nenhuma providência seja tomada.

Ao longo do tempo, Arimathéia fez

muitos amigos, é sempre procurado e se tornou uma referência do espaço. Ele faz parte do patrimônio afetivo do Cine Brasília. A Box Cultural tem feito um trabalho competente e dinamizou o Cine Brasília com uma programação diversificada, que atrai público de diversas faixas etárias.

É justo e correto que queira regularizar a ocupação do espaço. No entanto, em consideração aos bons serviços prestados e aos vínculos afetivos com os cinéfilos, Arimathéia deveria ser tombado na condição de patrimônio cultural do Cine Brasília. Cinema é humanismo. Espero que as questões formais sejam superadas e Arimathéia continue a vender pipoca para a felicidade geral dos frequentadores da sala de cinema.



Pesquisa mostra que quase 80% das entrevistadas consideram que as agressões contra pessoas do sexo feminino aumentaram no DF. Companheiro ou marido aparecem como o principal agressor em 48% dos casos

Mulheres veem violência em alta

» ANA CAROLINA ALVES

A percepção sobre o avanço da violência contra as mulheres aparece de forma expressiva entre as brasilienses. Dados da 11ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada pelo DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), mostram que, no Distrito Federal, 79% das mulheres consideram que a violência doméstica e familiar contra as mulheres aumentou. Para 46% das entrevistadas, as mulheres não são tratadas com respeito no Brasil.

No Distrito Federal, a pesquisa entrevistou 802 mulheres com 16 anos ou mais. Desse total, 269 afirmaram ter sofrido violência em algum momento da vida e 33 disseram ter passado por uma situação de violência nos 12 meses anteriores à entrevista. Entre as mulheres que relataram agressões, 16 procuraram uma delegacia comum ou uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), o equivalente a 48%.

A pesquisa mostrou a dimensão da violência psicológica e física entre as brasilienses que relataram agressões. Segundo os dados, 91% afirmaram ter sofrido violência psicológica e 82% relataram violência física. Em 51% dos casos, as mulheres disseram que, no momento da agressão, o autor estava com ciúmes. Em 48%, o agressor estava inconformado com o término ou com uma tentativa de término do relacionamento.

O companheiro ou marido aparecem como o principal agressor entre as mulheres do DF que sofreram violência. Eles foram identificados em 48% dos casos, percentual abaixo do registrado no país, de 62%. Além disso, 16% das brasilienses que sofreram algum tipo de violência afirmaram que ainda moram ou convivem com a pessoa que as agrediu.

A rua foi apontada por 53% das entrevistadas como o espaço onde se sentem menos respeitadas, enquanto 26% citaram o ambiente de trabalho.

Apesar de a maioria reconhecer a existência do problema, ainda há dúvidas sobre a capacidade de proteção da legislação. Entre as brasilienses, 22% acreditam que a Lei Maria da Penha protege as mulheres contra a violência doméstica e familiar. Outras 55% consideram que a lei protege apenas em parte, enquanto 21% não acreditam que a legislação seja capaz de garantir essa proteção.

O conhecimento sobre a Lei Maria da Penha, no entanto, é maior no Distrito Federal do que na média nacional. Segundo a pesquisa, 28% das mulheres do DF afirmaram conhecer muito a legislação, contra 21% no Brasil. A Delegacia da Mulher é o serviço de proteção mais conhecido pelas brasilienses: 98% disseram conhecer o equipamento.

A proximidade com casos de violência também é elevada. No DF, 69% das mulheres afirmaram conhecer alguém que sofreu violência doméstica ou familiar, o que

Percepção feminina da violência no DF



79% das mulheres do DF acreditam que a violência doméstica e familiar aumentou;

31% das entrevistadas afirmaram ter sofrido algum tipo de violência ao longo da vida;

91% das vítimas relataram violência psicológica;

Fonte: DataSenado/Observatório da Mulher contra a Violência — 11ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher

evidencia a presença do problema no cotidiano da população.

Pesquisa

A 11ª edição do levantamento marca duas décadas de acompanhamento da violência contra a mulher no país. A primeira pesquisa foi realizada em 2005 e serviu de subsídio para a formulação

82% relataram violência física;

48% identificaram marido ou companheiro como agressor;

48% das vítimas que sofreram violência nos últimos 12 meses procuraram uma delegacia para denunciar.

da Lei Maria da Penha, sancionada no ano seguinte. Desde então, o estudo passou a incorporar novas dimensões da violência, como questões relacionadas a raça, gênero e tecnologia, além de ampliar a análise sobre a rede de proteção e os mecanismos disponíveis para as vítimas.

José Henrique Varanda, coordenador do Instituto DataSenado,

afirmou que o levantamento acompanha, a cada dois anos, as mudanças na violência contra as mulheres, na legislação e na percepção da sociedade sobre o problema. “Quase 29 milhões de brasileiras — uma em cada três mulheres com 16 anos ou mais — vivenciam violência a cada 12 meses, e 87% delas não a percebem ou não a declaram como violência”, disse.

Segundo Varanda, o objetivo do levantamento é dar visibilidade a uma realidade que ainda não chega aos registros oficiais. “Nosso papel é justamente tornar visível essa realidade, para que ela se transforme em consciência, políticas públicas e proteção efetiva para as mulheres”, completou.

A pesquisa utiliza amostras totalmente probabilísticas, com resultados calculados com nível de confiança de 95%. No Distrito Federal, foram realizadas entrevistas por telefone com mulheres de 16 anos ou mais. Considerando as estimativas simples apresentadas no levantamento, a margem de erro média observada para o DF foi de 2,35%, com desvio padrão de 1,72%.

Os dados estaduais integram o Mapa Nacional da Violência de Gênero, plataforma mantida pelo Observatório da Mulher contra a Violência, pelo Instituto Natura e pela Gênero e Número. A ferramenta permite comparar as diferentes realidades das 27 unidades da Federação e evidencia a distância entre a violência vivenciada pelas mulheres e aquela que chega às estatísticas oficiais.

Onde pedir ajuda

» **Ligue 190:** Polícia Militar do Distrito Federal (PMDf). Uma viatura é enviada imediatamente até o local. Serviço disponível 24h por dia, todos os dias. Ligação gratuita.

» **Ligue 197:** Polícia Civil do DF (PCDF). **E-mail:** denuncia197@pcdf.df.gov.br **WhatsApp:** (61) 98626-1197 **Site:** <https://www.pcdf.df.gov.br/servicos/197/violencia-contra-mulher>

» **Ligue 180:** Central de Atendimento à Mulher, canal da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Serviço registra e encaminha denúncias de violência contra a mulher aos órgãos competentes, além de reclamações, sugestões e elogios sobre o funcionamento dos serviços de atendimento. A denúncia pode ser feita de forma anônima, 24h por dia, todos os dias. Ligação gratuita.

» **Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deam):** funcionamento 24 horas por dia, todos os dias. **Deam 1:** previne, reprime e investiga os crimes praticados contra a mulher em todo o DF, à exceção de Ceilândia. **Endereço:** EQS 204/205, Asa Sul. **Telefones:** 3207-6172 / 3207-6195 / 98362-5673 **E-mail:** deam_sa@pcdf.df.gov.br **Deam 2:** previne, reprime e investiga crimes contra a mulher praticados em Ceilândia. **Endereço:** St. M QNM 2, Ceilândia **Telefones:** 3207-7391 / 3207-7408 / 3207-7438

Proteção exige empatia e desburocratização

» LETÍCIA MOUHAMAD

Prevenção ao feminicídio, acolhimento a vítimas e papel das instituições públicas no aperfeiçoamento das redes de cuidado foram os temas discutidos no painel Vidas Interrompidas — A jornada da mulher em busca de proteção do Estado, promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), ontem. Mediado pela secretária-geral adjunta de Controle Externo do TCU, Tânia Lopes Pimenta Chioato, o encontro reuniu magistrados, policiais e especialistas em violência contra a mulher.

No primeiro painel, o pastor e teólogo Ed René Kivitz trouxe uma reflexão voltada ao engajamento

masculino e à urgência da autocrítica para desestruturar a cultura patriarcal. “É imperativo que nós, homens, iniciemos um diálogo profundo sobre a nossa própria subjetividade. Precisamos aprender a identificar e nomear os sentimentos que nos habitam”, sustentou o teólogo, enfatizando que a posse e a violência mascaradas de afeto destoam da essência espiritual.

No segundo painel, a assistente social e conselheira tutelar Solange Santos destacou a distância entre o arcabouço normativo e a realidade material vivida por mulheres vulneráveis. “As políticas públicas existem e há leis muito bonitas no papel, mas, na hora do acesso, a burocracia dificulta. Tive a oportunidade de

ouvir de várias delas a frase: ‘Ruim com ele, pior sem ele’”, relatou, defendendo espaços de escuta qualificada que antecedam o ambiente hostil das delegacias.

Ao abordar o preparo das forças de segurança e dos servidores públicos, a ex-delegada da Polícia Civil do Distrito Federal Grace Justa pontuou que o aprimoramento técnico não basta se não houver empatia. “A gente fala muito de capacitação, mas antes tem uma coisa chamada sensibilização. A pessoa passa por 500 capacitações, mas, se o coração não estiver convencido, ela não vai acreditar na causa”, afirmou Grace Justa.

Grace chamou a atenção, ainda, para a lentidão na concessão de benefícios sociais. “Nessa hora, a

burocracia tem que ser muito reduzida, porque o tempo urge; senão, a mulher pode morrer. A longo prazo, a resposta é a educação; sem ela, não conseguimos mudar a violência nem a realidade do país”, frisou a presidente do Instituto Umanizzare, que atende mulheres em situação de violência.

O juiz de direito substituto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) Heversom D’Abadia Teixeira Borges enfatizou que o acolhimento humanizado é a chave para evitar a desistência das denúncias e que o afastamento do agressor precisa vir acompanhado de amparo social. Ferramentas como a tornozeleira eletrônica e o acompanhamento

Divulgação/Sindilegis



Evento no TCU abordou a prevenção ao feminicídio

ativo têm, segundo ele, alto índice de sucesso no DF, mas exigem que a sociedade abandone a omissão. “Devemos superar conceitos obsoletos como ‘em briga de marido

e mulher não se mete a colher’. A proteção à mulher é uma responsabilidade coletiva; nossas vizinhas, filhas e mães precisam do nosso olhar atento”, concluiu o juiz.

Obituário

Sepultamentos realizados em 26/8/2026

» Campo da Esperança

Aliete Oliveira Azevedo, 89 anos
Antônio Francisco da Silva, 60 anos
Antônio Taboza de Amorim, 78 anos
Augusto Carneiro Gonçalves, 42 anos
Bruno Marques da Rosa, 32 anos
Francisco Ferreira da Silva, 89 anos
Geraldino Gomes de Sá, 90 anos
Maria Aparecida Alves Moreira, 59 anos
Maria Cristina da Silva Santos, 74 anos

Maria do Rosário Regina Abreu, 78 anos
Mônica Moreira Alves, 59 anos
Ricardo Amorim Becker, 58 anos
Wanderley Celso Vassoler, 72 anos
Zilma Aparecida Silva de Andrade, 50 anos

» Taguatinga

Aleff Miguel Porto de Oliveira, menos de 1 ano
Antônio Avelino de Oliveira, 75 anos

Cosme Pereira do Nascimento, 72 anos
Emilly Kamilly dos Santos, 18 anos
Gescy Bomfim de Souza, 82 anos
Jovita Caetano da Costa, 80 anos
Junior Barros de Sousa, 40 anos
Justina Pereira de Melo, 78 anos
Luis Alberto de Araújo das Chagas Sousa, 40 anos
Manoel Vieira de França, 88 anos
Maria das Graças Fernandes de Oliveira, 75 anos
Maria das Neves de Souza Loa, 78 anos

Mateus Bonifácio Virtuoso, 25 anos
Valdivina Francisca de Almeida Melo, 80 anos
Veneranda Alves Pinheiro, 91 anos

» Gama

Esther Carvalho Ribeiro, menos de 1 ano
Geraldo Alencar de Souza, 54 anos

» Planaltina

Marcos Aurélio de Oliveira, 60 anos

» Brazlândia

Maria Gomes da Silva, 95 anos

» Sobradinho

Fernando Ferreira Leal, 47 anos
Rubem Pinto de Oliveira, 66 anos
Vera de Jesus Bueno de Menezes, 65 anos

» Jardim Metropolitano

Álvaro Ferreira, 75 anos (cremação)